

Presidente aprova veto a Orçamento mas adia anúncio

JOZAFÁ DANTAS
Enviado Especial

São Luís — O presidente José Sarney aprovou ontem os vetos ao Orçamento da União, aprovado pelo Congresso Nacional, propostos pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, durante despacho de duas horas na Ilha de Curupu, mas discordou do tratamento técnico dado ao projeto de lei, por entender que ele tem as suas peculiaridades e precisa ter um tratamento especial. Por representar uma linha de política econômica, Sarney argumentou que as justificativas de veto devem ser didáticas, para esclarecimento dos parlamentares. Para derrubar os argumentos técnicos, Sarney fez valer a sua experiência política, o que vale dizer que assim ele pode evitar uma crise entre o Palácio do Planalto e o Poder Legislativo.

Segundo João Batista, o presidente Sarney não assinou a mensagem, encaminhando o projeto de lei vetado ao Congresso Nacional, porque, por volta das 11 horas da manhã, o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, José Ribas Neto, informou que a área técnica do Poder Legislativo tinha decidido encaminhar outra proposta ao Governo, retificando "algumas imperfeições, basicamente no tocante ao arredondamento de números do orçamento", sustentou o ministro, minutos depois de desembarcar do helicóptero que o levou à Ilha. "Fomos surpreendidos com a informação de Brasília, que o Congresso entendeu de modificar, alterar ou ratificar", revelou o ministro.

DECISÃO

O novo projeto de lei, segundo João Batista de Abreu, não muda o conteúdo do Orçamento. As alterações devem ser publicadas no Diário Oficial e vão ser analisadas neste fim de semana. Na segunda-feira, à tarde, o relatório vai ser apresentado ao presidente Sarney, que retorna para Brasília no início da tarde. De posse desses dados, observou o ministro, o Presidente vai decidir se veta ou não a propos-

ta. De acordo com a nova Constituição, Sarney tem 15 dias úteis para aprovar ou vetar o projeto de lei, sob pena de ser aprovado em decorrência do silêncio. Ele tem até o dia 5 de janeiro para responder.

— A nossa expectativa, caso não ocorra nenhuma alteração de maior amplitude, é que nós tenhamos condições de na segunda-feira divulgar a mensagem contendo os vetos e as justificativas, assim como a sanção do projeto de lei — disse João Batista, para alegar que não poderia divulgar os vetos, como estava previsto. A intenção é sancionar o mais rápido possível para evitar a interrupção da administração.

O ministro garantiu que o presidente Sarney não fez nenhuma objeção à proposta de veto ao item referente à rolagem da dívida dos Estados porque a "idéia é evitar vícios de inconstitucionalidade", disse, depois de sustentar que "o Presidente não fez nenhum veto em si. O Presidente aprovou totalmente a nossa orientação"; apenas deu contribuição no sentido de aperfeiçoar as alterações propostas.

João Batista negou que tenha informado que os vetos propostos chegassem a 5 por cento do orçamento, o equivalente a cerca de Cz\$ 6 bilhões.

MODIFICAÇÃO

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), encaminhou ofício ao presidente da República solicitando-lhe a substituição dos autógrafos do orçamento por ter havido um reprocessamento de dados que descobriu algumas falhas. De acordo com o ofício de Lucena, o reprocessamento descobriu algumas falhas por ter havido arredondamentos provocados pelo índice inflator.

A substituição dos autógrafos foi decidida formalmente na manhã de ontem, quando o presidente do Senado recebeu o secretário da Comissão de Orçamento, o assessor José Carlos. A tramitação do Orçamento este ano foi muito tumultuada, com sucessivos atrasos.